



DIREITO DE FAMÍLIA · GUIA ESTRATÉGICO

O que está em jogo no seu divórcio

— *e como não perder o que é
seu*

Um guia estratégico para mulheres que já decidiram agir

MAÍSA LEMOS · OAB/GO 21.037

"Você já tem informação. O que você precisa é saber o que está em risco."

Este guia não foi criado para explicar como funciona o divórcio no Brasil. Você já sabe que o processo existe. Provavelmente já pesquisou, já leu, já ouviu de alguém.

O que ele faz é diferente: mostra onde as decisões erradas acontecem, o que elas custam, e o que você precisa entender antes de dar qualquer passo.

Divórcio conduzido sem estratégia não é só um processo lento. É um processo que pode comprometer o seu patrimônio, a sua convivência com seus filhos e a sua estabilidade financeira nos próximos anos.

Meu trabalho não é te convencer a se divorciar. É garantir que, se você decidir agir, você não vai pagar caro por erros que poderiam ter sido evitados.

MAÍSA LEMOS · ADVOGADA DE FAMÍLIA · OAB/GO 21.037

O que mais custa no divórcio não é o advogado

Quando as mulheres me procuram, a primeira pergunta quase sempre é sobre valor. Quanto vai custar? É uma pergunta legítima — mas não é a mais importante.

O que mais custa em um divórcio mal conduzido não são os honorários. São as consequências de decisões tomadas sem informação estratégica.

O que mais custa em um divórcio mal conduzido não são os honorários. São as consequências de decisões tomadas sem informação estratégica.

CUSTA CARO:

- assinar um acordo sem entender o que você abriu mão
- aceitar uma guarda que parecia razoável e se tornou um problema crônico
- não formalizar a pensão porque o ex "prometeu pagar"
- sair de casa sem se proteger juridicamente primeiro
- deixar bens no nome conjunto por mais tempo do que o necessário

Cada um desses erros tem um custo real — financeiro, emocional e jurídico. E a maioria deles é evitável com condução adequada.

Patrimônio — o que é seu e o que pode ser contestado

O regime de bens define o que vai ser dividido. Mas a maioria das mulheres só descobre o que ele significa quando o processo já está em andamento.

O regime mais comum no Brasil é a Comunhão Parcial de Bens. Nele, tudo que foi adquirido durante o casamento é de ambos — independente de quem pagou, de quem trabalhou mais ou de em cujo nome estava registrado.

O QUE ENTRA NA PARTILHA

- Imóveis e veículos comprados durante o casamento
- Investimentos e aplicações financeiras
- FGTS acumulado durante o matrimônio
- Participação em empresas constituídas durante o casamento
- Dívidas contraídas em conjunto

O QUE NÃO ENTRA

- Bens anteriores ao casamento (se não foram misturados)
- Heranças e doações recebidas individualmente
- Bens com cláusula de incomunicabilidade

ATENÇÃO: O QUE PODE SER ESCONDIDO

Patrimônio em nome de terceiros, empresas com sócios de fachada, renda não declarada, transferências realizadas às vésperas da separação. Se você suspeita de ocultação patrimonial, isso precisa ser investigado com urgência — antes do processo, não durante.

A data que define a separação de fato importa. Bens adquiridos após essa data, em geral, não entram na partilha — mas você precisa conseguir provar essa data.

Guarda — o que a lei diz e o que acontece na prática

"Guarda não é sobre tempo. É sobre decisão."

A guarda compartilhada — padrão desde 2014 — significa que pai e mãe decidem juntos sobre educação, saúde, religião e aspectos relevantes da vida dos filhos. Não significa, necessariamente, divisão igual do tempo de convivência.

Muitas mulheres aceitam acordos de guarda sem entender exatamente o que estão concordando. A palavra "compartilhada" soa razoável — e na maioria dos casos é a melhor solução. Mas em alguns contextos, ela pode ser usada como instrumento de controle continuado.

SITUAÇÕES QUE MERECEM ATENÇÃO ESTRATÉGICA

- Histórico de violência doméstica ou psicológica
- Ex com padrão de controle e manipulação
- Uso dos filhos como moeda de negociação
- Disputas sobre escola, saúde ou convivência com a família materna

Nesses casos, a forma como a guarda é redigida no acordo importa muito. Detalhes que parecem secundários podem se tornar pontos de conflito por anos.

Convivência e guarda são questões separadas. A guarda define quem decide. A convivência define onde e quando os filhos ficam. Ambas precisam estar muito bem especificadas em qualquer acordo.

Pensão — seus direitos têm prazo e precisam ser formalizados

Pensão para os filhos

A pensão alimentícia vai muito além da alimentação. Ela inclui saúde, educação, transporte, lazer, vestuário e moradia. O valor não é fixo e não existe tabela. O juiz considera a necessidade da criança e a capacidade financeira de quem paga.

Guarda compartilhada não exime o pagamento de pensão.

Jamais aceite acordo verbal. Pensão não formalizada judicialmente não pode ser cobrada em caso de inadimplência. Você precisa de um título executivo — seja via acordo homologado ou sentença judicial.

Pensão para você

Se você viveu sob dependência econômica durante o casamento, pode ter direito a alimentos. Esse direito precisa ser pleiteado no momento certo — e há prazos e critérios específicos.

A pensão para cônjuge pode ser provisória (enquanto você retoma autonomia financeira) ou definitiva (em casos de impossibilidade de trabalho). Em ambos os casos, precisa ser formalizada.

Esperam o processo se resolver por conta própria, não formalizam os alimentos provisórios e acabam sem renda no período mais vulnerável do processo.

Quando o acordo vira armadilha

"Acordo rápido nem sempre é acordo bom."

A pressão para "resolver logo" é real — e muitas vezes vem do próprio ex, da família, ou da vontade de acabar com o desgaste. Mas assinar um acordo sem avaliação estratégica pode ser um dos erros mais caros do processo.

SINAIS DE QUE UM ACORDO PRECISA DE REVISÃO

- Você está cedendo em patrimônio para "evitar conflito"
- A guarda não está descrita com clareza suficiente
- A pensão está sendo acordada verbalmente ou por valor abaixo do razoável
- Você não tem advogada própria — só a do ex ou uma "advogada dos dois"
- Você está sendo pressionada a assinar com urgência

ATENÇÃO ESPECIAL

Em divórcios onde existe um padrão de controle e manipulação, o acordo pode ser usado como ferramenta para continuar esse controle depois da separação.

Cláusulas vagas, prazos ambíguos e obrigações sem consequência prevista são riscos reais.

Um acordo mal redigido é difícil de reverter. Prevenir é sempre mais barato do que corrigir.

Antes de agir — o que você precisa ter em mãos

Antes de procurar uma advogada, antes de comunicar ao ex, antes de qualquer passo:

1. Organize sua documentação

- Certidão de casamento
- Documentos pessoais seus e dos filhos
- Comprovantes de renda (seus e, se possível, do ex)
- Escrituras de imóveis e documentos de veículos
- Extratos bancários e de investimentos
- Contratos sociais de empresas, se houver

2. Entenda sua situação financeira

- Quais contas são conjuntas?
- Qual é a sua renda independente?
- Existem dívidas em seu nome?
- Você tem acesso a recursos para o período de transição?

3. Não tome decisões precipitadas

- Não saia de casa sem orientação jurídica
- Não transfira bens antes de entender as consequências
- Não assine nada sem leitura cuidadosa
- Não publique nada sobre a separação nas redes sociais

4. Procure uma advogada especializada em Direito de Família

Não o mesmo advogado do ex. Não um generalista. Uma profissional que conheça os detalhes do seu tipo de caso e seja capaz de conduzir com estratégia, não apenas com boa vontade.

PRÓXIMO PASSO

Você leu até aqui porque está levando isso a sério.

O próximo passo não é decidir tudo agora. É entender, com precisão, o que está em jogo no seu caso específico.

Não fazemos consultas genéricas. Fazemos leitura de cenário.

 Falar no WhatsApp

(62) 3300-0799

maisa@maisalemos.com.br

www.maisalemos.com.br

@maisalemos

 MAISA LEMOS

OAB/GO 21.037 · DIREITO DE FAMÍLIA